

# Atestado de antecedentes passa a ser emitido nos terminais de autoatendimento das UAIs

**□ Cidadão ganha com a inexistência de filas e burocracias, custo zero para a emissão, comodidade e rapidez do processo**

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), disponibilizou, desde a última terça-feira (19), a emissão do atestado de antecedentes nos terminais de autoatendimento das Unidades de Atendimento Integrado (UAIs). O documento também poderá ser emitido pela internet e pelo aplicativo *MG App*, não sendo mais necessária a emissão por meios físicos.

A medida, além de desonerar o Estado dos gastos da emissão em papel, traz uma série de benefícios aos cidadãos, como a facilidade para retirada do documento, a inexistência de filas e burocracias, o custo zero para a emissão, a comodidade e a rapidez do processo.

Conforme destaca a diretora do Instituto de Identificação da Polícia Civil, delegada Letícia Gamboge, o atestado emitido via internet e pelos terminais tem valor jurídico reconhecido da mesma forma. “O cidadão pode, inclusive, após a emissão do atestado, certificá-lo por meio do número gerado pelo documento”, destaca.

“ O atestado tem valor jurídico reconhecido e o cidadão pode, inclusive, certificá-lo por meio do número gerado pelo documento ”

A retirada presencial ainda ocorrerá. Contudo, será apenas nos casos em que a emissão não for possível nos canais virtuais, quando então o requisitante irá receber uma mensagem em tela para comparecer a uma UAI, a um Posto de Identificação, ou a uma delegacia de Polícia.



DIVULGAÇÃO/PC

**COMO RETIRAR** - O atestado de antecedentes é um documento emitido pela PCMG, que informa a existência ou não de registro criminal do indivíduo. O documento apresenta a situação do cidadão requisitante no exato momento da solicitação.

Para retirar o documento, o cidadão deve preencher o formulário pelo endereço <https://www.pc.mg.gov.br/atestado/>. Em seguida, é necessário informar o número da carteira de identidade, nome completo e data de nascimento. No mesmo endereço, o requisitante também pode realizar a conferência de autenticidade do documento.

Pelo aplicativo *MG App*, disponível para os sistemas *Android* e *iOS*, o usuário também pode acessar o mesmo formulário por celular e dispositivos móveis e obter a versão digital do documento.

O procedimento é o mesmo nos terminais de autoatendimento das UAIs.

## Iniciativas pioneiras ampliam direitos da população LGBT no acesso aos serviços do SUS

Julho é o mês da Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, momento de fortalecer as discussões sobre os avanços na área e desafios enfrentados por esta população. Na saúde, o acesso aos diversos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira igualitária e integral está entre as principais demandas da população LGBT, que agora conta com iniciativas inéditas e pioneiras.

Em Minas Gerais, a criação do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT e da Política Estadual de Saúde Integral LGBT representam um marco na redução das desigualdades de acesso aos serviços de saúde, garantindo um atendimento humanizado e livre de discriminação.

De acordo com a subsecretária de Políticas e Ações de Saúde Maria Aparecida Turci, é preciso reconhecer os efeitos da discriminação para a população LGBT, reafirmando o compromisso do SUS com a universalidade e integralidade em seus atendimentos. “Nosso objetivo é garantir o acesso integral e humanizado à saúde para todas e todos, livre de qualquer forma de preconceito e discriminação”, explica.

Funcionando como órgão colegiado, de caráter consultivo, o Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT tem como objetivo formular e propor ações voltadas para a promoção da saúde integral LGBT, defesa dos direitos dessa população, redução de práticas discriminatórias e fortalecimento do SUS.

Desde sua criação, em 2015, o comitê conta com a participação de diferentes áreas técnicas das secretarias de Estado de Saúde (SES), de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), e de Educação (SEE); do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde (Cosems-MG), de instituições de ensino e sociedade civil.

Ainda de acordo com Maria Turci, o Comitê Técnico também tem como objetivo a construção e implementação da Política Estadual de Saúde Integral LGBT. “O desafio agora é identificar e compreender as dificuldades de acesso da população LGBT aos serviços de atenção à saúde, bem como as necessidades desse público e a qualidade das ações e serviços oferecidos”, ressalta.

Através da Política Estadual de Saúde Integral LGBT, serão desenvolvidas estratégias de qualificação dos profissionais de saúde para atender as necessidades específicas dessa população. As equipes da Atenção Básica à Saúde, por exemplo, deverão estar preparadas para atender às necessidades das pessoas transexuais e travestis, em um atendimento livre de qualquer forma de preconceito ou exclusão. A política será formulada por grupos de trabalho envolvendo setores da SES, movimentos sociais ligados à causa LGBT e Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT.

**POLÍTICA NACIONAL** - A Política Nacional de Saúde LGBT, desenvolvida pelo Ministério da Saúde e lançada em 2011, é outra importante iniciativa para a promoção da igualdade nos serviços oferecidos pelo SUS. Por meio dela, importantes avanços estão sendo incorporados nos atendimentos, como a inclusão de quesitos de identidade de gênero e de orientação sexual em formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde. Também é prevista pela Política Nacional de Saúde LGBT a ampliação da participação dos movimentos sociais LGBT nos Conselhos de Saúde, destinados à avaliação das ações do SUS.



Outra importante conquista para a população LGBT é a adoção do nome social para travestis e transexuais no Cartão do SUS. A iniciativa permite reconhecer a legitimidade da identidade dessa população, promovendo a cidadania e coibindo a exposição a situações constrangedoras ou vexatórias. A adoção do nome social do SUS também é estendida a pessoas que possuem apelido amplamente conhecido em sua comunidade.

**CELEBRAÇÃO** - Para celebrar o Mês da Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, uma série de atividades foi realizada numa parceria entre a Sedpac, SES, outras secretarias e órgãos governamentais, sociedade civil e movimentos sociais. No dia 15 último, aconteceu o seminário *Saúde e Visibilidade*, no auditório da Assembleia Legislativa (ALMG), em Belo Horizonte.

Na terça-feira (12), a SES realizou, na Capital, uma roda de conversa com o tema *Saúde e Visibilidade*. Com o objetivo de ampliar as discussões sobre o acesso da população LGBT aos serviços de saúde, o evento contou com a participação de representantes de diferentes setores da SES e do Governo, membros do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT, sociedade civil e profissionais de saúde.

**MINAS GERAIS**  
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO  
Executivo  
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL  
Legislativo  
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES  
Judiciário  
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil  
e de Relações Institucionais  
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA  
  
Diretor-Geral da Imprensa Oficial  
EUGÊNIO FERRAZ